

Por Caroline Martin
Especial para *O Papel*

Empresas B valorizam o poder dos negócios para gerar benefícios além dos próprios resultados



DIVULGAÇÃO CDI

Fukayama: para se tornar uma Empresa B, a companhia deve assinar uma declaração de interdependência, reconhecendo fazer parte de toda uma cadeia de valor interligada com valores compartilhados, e assumir o compromisso de fazer a alteração legal de seu contrato social

Um novo tipo de certificação criado nos Estados Unidos em 2006 vem se fortalecendo entre empresas de diversos segmentos e países. O conceito que classifica empresas estrangeiras como *B Corps* – chamadas Empresas B na América do Sul – é definido como um movimento de pessoas engajadas, que usam o poder dos negócios como força de mudança e evolução, criando soluções para problemas sociais ou ambientais.

Sediado no Chile, o Sistema B atua também na Argentina, na Colômbia e, mais recentemente, no Brasil. A organização sul-americana é parceira global do *B Lab*, responsável pela criação do movimento de *B Corps*, e tem por objetivo ampliar em breve sua atuação para outros países, como Peru e Uruguai.

O Comitê para Democratização da Informática (CDI) trouxe a iniciativa ao Brasil e aposta na disseminação do conceito. “O CDI é uma organização social híbrida que tem uma ONG há mais de 20 anos e uma empresa social há quatro. A empresa social foi criada como uma forma de ampliar a escala do trabalho realizado. Com isso, foi uma das primeiras Empresas B da América do Sul, certificada em 2012. Desde então, unimos forças com empreendedores de outros países e criamos um plano estratégico para essa propagação no Brasil”, contextualiza Marcel Fukayama, conselheiro do Sistema B no Brasil e diretor executivo do CDI. Na entrevista concedida à *O Papel*, Fukayama dá mais detalhes sobre a certificação e revela quais atrativos oferece ao universo corporativo e à sociedade como um todo.

O Papel – O que é e como funciona o chamado Sistema B?

Marcel Fukayama – O movimento de Empresas B reúne pessoas que usam o poder de seus negócios como força de mudança e evolução ou, em outras palavras, que criam soluções para problemas sociais ou ambientais. Para estruturar as boas práticas e criar um plano de desenvolvimento contínuo para as empresas evoluírem seus modelos de negócios e conquistarem essa meta, existe uma ferramenta chamada *B Impact Assessment*, que permite às empresas tirar uma foto ou fazer uma espécie de radiografia de si próprias e verificar como está estruturado seu negócio, a fim de traçar o caminho para montar um plano de desenvolvimento. Essa ferramenta é uma avaliação de impacto, que visualiza a empresa em cinco dimensões: governança, modelo de negócio, impacto ambiental, práticas laborais e relações com comunidade. A partir de cada um desses aspectos, a empresa é avaliada por um questionário de mais de 160 questões e marca pontos

de acordo com suas respostas. A pontuação vai de 0 a 200 pontos, sendo 80 o valor mínimo para uma empresa ser elegível a tornar-se uma Empresa B.

O Papel – Como tem se desenvolvido essa certificação no Brasil?

Fukayama – Atualmente, há mais de mil Empresas B em 34 países. No Brasil, existem 16 empresas certificadas e 300 em processo. Quando falamos do fortalecimento do Movimento B, notamos que é importante trazer casos práticos à tona, para mostrar a utilidade da ferramenta. Bons exemplos de certificação B são as norte-americanas Patagonia e Ben & Jerry's, bem como as brasileiras Abramar e Combio Energia. Trata-se de perfis e segmentos de atuação completamente distintos, que materializam o que são Empresas B.

O Papel – O que uma empresa interessada em tornar-se uma Empresa B deve fazer? Quais são os primeiros passos?

Fukayama – O primeiro passo é a empresa passar pela avaliação de impacto, teste gratuito e confidencial, disponível nos sites www.bcorporation.net e www.empresab.net. Nessa primeira etapa, é preciso responder a um questionário prévio, para identificar as características da empresa, como tamanho, perfil e área de atuação. A partir daí, a companhia se submete ao questionário completo de 160 questões, cobrindo as cinco dimensões já citadas. Uma vez concluído esse questionário, a empresa é solicitada a apresentar alguns documentos comprobatórios das respostas à avaliação de impacto. Com isso, a equipe do *B Lab*, nos Estados Unidos, faz a avaliação e retorna com uma pontuação preliminar.

O Papel – Sendo elegível, como se desenrola o processo de certificação?

Fukayama – Caso atinja a meta dos 80 pontos mínimos, a empresa pode seguir os próximos passos, que incluem a assinatura de uma declaração de interdependência, em que reconhece fazer parte de toda uma cadeia de valor interligada com valores compartilhados, e assume o compromisso de fazer a alteração legal de seu estatuto ou contrato social. Essa alteração se resume à inserção de duas cláusulas: na primeira, a empresa reconhece que não irá gerar valor apenas para os acionistas e investidores, mas também a toda a cadeia de valor; na segunda, reconhece as externalidades em seu modelo de negócio, ou seja, considera eventuais impactos sociais e ambientais negativos que suas atividades possam ter. A partir daí, o objetivo é que a empresa continue se desenvolvendo. Com a ferramenta, pretende-se justamente criar um plano de desenvolvimento contínuo aos negócios, em todas as dimensões. Tornando-se uma Empresa B, passa a ter acesso, dentro da própria ferramenta, a práticas de excelência, que podem atuar como benchmarking e contribuir para a evolução em diferentes aspectos.

O Papel – Há algum investimento envolvido na certificação?

Fukayama – A avaliação de impacto é gratuita, mas, se for elegível e optar por tornar-se uma Empresa B, a companhia precisa fazer um in-

vestimento que varia de US\$ 500 a US\$ 25 mil na certificação, conforme seu tamanho e faturamento. Uma vez certificada, a empresa tem de se recertificar a cada dois anos.

O Papel – A indústria de base florestal, em especial a de celulose e papel, tem demonstrado interesse no tema?

Fukayama – Sim, há algumas empresas do setor em processo de certificação. Uma delas, inclusive, é de capital aberto – aspecto de alto impacto em seu modelo de negócios. Como, porém, o processo é confidencial, não podemos revelar o nome até o momento de tornar-se uma Empresa B. O que posso adiantar é que há, sim, empresas de médio e grande porte do setor florestal em diálogo com o Sistema B. Temos conversado sobre como podem se juntar à comunidade brasileira e latino-americana de Empresas B.

O Papel – O FSC é uma certificação primordial aos players de celulose e papel. Como o Sistema B se diferencia e se destaca das demais certificações relacionadas ao setor? Quais atrativos essa certificação tem e quais benefícios pode oferecer ao segmento?

Fukayama – Todas as certificações que existem, incluindo o FSC, são complementares à certificação de uma Empresa B. Creio que o FSC trata muito mais do *core business* das empresas, com o intuito principal de criar um padrão de manejo florestal, dentro do modelo de negócios específico a esse setor, enquanto na certificação de uma Empresa B, esses conceitos são mais amplos. Se por um lado o FSC aprofunda uma avaliação e cria um padrão em uma dimensão na qual uma Empresa B não é avaliada, a certificação B trata de dimensões das quais o FSC não trata. Eu diria, portanto, que as profundidades são distintas. Por isso, denominaria o Sistema B como uma certificação complementar ao FSC e vice-versa.

O Papel – Como o senhor vislumbra o desdobramento e o fortalecimento da ferramenta nos próximos anos?

Fukayama – Temos três grandes objetivos para os próximos anos, principalmente para os próximos 12 meses. O primeiro é o fortalecimento da comunidade brasileira de Empresas B, com a meta de chegar a 50 Empresas B certificadas até o final de 2014. O segundo é traçar um panorama da política pública em legislação no Brasil. O ambiente de empreendedorismo no Brasil ainda é bastante inóspito ao empreendedor. O que estamos avaliando, em conjunto com um grupo de advogados, acadêmicos e empreendedores, é como o Sistema B Brasil irá se posicionar diante de uma possível influência na política pública. Nos Estados Unidos, por exemplo, mais de 20 Estados já reconhecem Empresas B como um novo tipo de corporação, o que lhes abre uma série de oportunidades. Será que conseguiremos seguir essa prática no Brasil, influenciando a criação de uma lei B ou nos juntaremos a outros empreendedores que pensam no empreendedorismo de forma mais ampla? Ou, então, nos juntaremos a projetos de leis que já existem, voltados a empresas verdes? Queremos concretizar essa leitura e definir metas até o final deste ano. Por fim, planejamos definir a estrutura de governança para o Sistema B Brasil a partir da criação de um conselho de Empresas B no País. ■